



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Serviços Gerais
Especialidade Segurança e Transportes

Opcao de Cargo S09, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
 - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Fevereiro/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Redução da maioria penal?

Os constantes crimes cometidos por crianças e adolescentes suscitam discussão sobre a maioria penal, que atualmente é estabelecida após os 18 anos. Os debates realizados em torno desse tema mostram que há duas correntes: uma favorável e outra contrária à redução da idade penal.

Os favoráveis à redução argumentam que um adolescente de 16 ou 17 anos é plenamente capaz de entender a gravidade e a consequência de um crime. Dizem os defensores desta corrente que a pobreza e a falta de políticas públicas não devem servir como justificativa para que um adolescente cometa um crime e ainda seja tratado de forma tão benevolente. Há mesmo quem responsabilize o Estatuto da Criança e do Adolescente pelo aumento dos índices de criminalidade entre os jovens.

Já os que não aceitam a redução da maioria acham que o Código Penal não tem nada a que fazer em relação aos menores, cujos direitos e deveres são competentemente estipulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O argumento desta corrente é o de que se deve apostar tudo no potencial de um jovem. A repressão só ensejaria um aumento ainda maior da violência, além de representar o definitivo abandono de qualquer outra providência que permitisse reintegrar o jovem à sociedade, dever que é desta e do Estado.

Com a palavra os cidadãos brasileiros.

(Adaptado do site portrasdasletras.folhadaregio.com.br/maioridade.html, 26/11/2003)

1. De acordo com o texto, muitos dos que são favoráveis à redução da maioria penal acreditam que o Estatuto da Criança e do Adolescente
- (A) estabelece que um jovem de 16 ou 17 anos já se mostra capaz de avaliar a gravidade e a consequência de todos os seus atos.
 - (B) deve ser responsabilizado pela escalada da criminalidade cujos agentes são menores de 18 anos.
 - (C) não tem competência legal para estipular quais os direitos e quais os deveres dos menores de 18 anos.
 - (D) é responsável por atribuir à pobreza e à falta de políticas públicas o aumento da criminalidade entre menores de idade.
 - (E) deveria ser menos benevolente com os menores de 18 anos, embora não achem que seja o caso de enquadrá-los no Código Penal.

2. Considere as seguintes afirmações:
- I. Quanto às duas correntes, deve-se entender que é majoritária a corrente que rejeita a redução da maioria penal.
 - II. As duas correntes de que trata o texto concordam apenas num ponto: a discussão sobre a maioria penal não envolve o Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - III. A repressão ao menor infrator teria consequências opostas, segundo a posição de uma ou de outra corrente.
- Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:
- (A) *suscitam discussões* = inviabilizam as polêmicas.
 - (B) *servir como justificativa* = considerar como pretexto.
 - (C) *de forma tão benevolente* = de modo compensatório.
 - (D) *são competentemente estipulados* = são estabelecidos com eficácia.
 - (E) *a repressão só ensejaria* = a tensão apenas impediria.

4. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Os constantes crimes suscitam discussão sobre a maioria penal*, a forma verbal resultante será
- (A) é suscitado.
 - (B) foi suscitada.
 - (C) tem sido suscitada.
 - (D) seria suscitada.
 - (E) é suscitada.

5. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas na frase:
- (A) Se a redução da maioria penal não for aprovada por quem de direito, todo aquele que aposta no potencial dos jovens terá motivos para se alegrar.
 - (B) Muita gente deverá se alegrar no caso de ser aprovado quaisquer medidas que impliquem maior responsabilização do jovem infrator.
 - (C) Não se sabem ao certo o número dos que integram uma e outra correntes; sabe-se que a discussão há muitos anos vêm acirrando os ânimos.
 - (D) Esperam-se que os cidadãos brasileiros não deixem de avaliar e se pronunciar sobre essa importante questão.
 - (E) Não se deve apenas estipular os direitos da criança e do adolescente; também seus deveres competem ao Estatuto estabelecer com clareza.

<p>6. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) A redução da maioria penal é uma questão <u>da qual</u> não há consenso.</p> <p>(B) O potencial dos jovens, <u>no qual</u> tantos confiam, deveria ser mais explorado.</p> <p>(C) A violência praticada por menores é uma matéria <u>que os</u> aspectos são controversos.</p> <p>(D) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina as sanções <u>de que</u> os jovens estão sujeitos.</p> <p>(E) Um argumento <u>no qual</u> muitos se valem é o de que a repressão só faz aumentar a violência.</p>	<p>10. Considere os seguintes períodos:</p> <p>I. O Código Penal, segundo os que não aceitam a redução da maioria, nada tem a ver com qualquer questão relativa aos menores, a qual é da competência do Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>II. A repressão dos jovens, antes de representar uma solução para o problema da violência, leva a um aumento dela ainda maior, segundo crêem os adeptos da corrente contrária à redução da maioria.</p> <p>III. Muitos perguntam: se um adolescente de 16 anos, teria plena condição de compreender e avaliar tudo o que faz, sendo assim inteiramente responsável pela consequência dos seus atos?</p> <p>A pontuação está inteiramente correta apenas em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>
<p>7. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Será preciso que os cidadãos brasileiros tomassem a palavra para que se pronuncie diante de um tema onde é grande a complexidade.</p> <p>(B) Nem todos crêem que tenha benevolência com os jovens, mesmo porque sequer o potencial deles têm merecido a atenção que deveriam.</p> <p>(C) É normal que um tema como esse polemize na sociedade, cuja ocorrência a cada dia parece aumentar ainda mais.</p> <p>(D) Muitos acham que, apenas com repressão, o jovem dificilmente encontrará o caminho de sua reintegração social.</p> <p>(E) As discórdias quanto à redução da maioria deve perdurar muito tempo, pois as duas correntes se opõem sem expectativa de acordo.</p>	<p>11. Sistemáticamente, dois técnicos em segurança cumprem plantões na empresa onde trabalham: um, a cada 6 dias, e o outro, a cada 9 dias. Se em 20 de outubro de 2003 ambos estiveram de plantão, em qual das datas seguintes houve nova coincidência de seus plantões?</p> <p>(A) 06/11/2003</p> <p>(B) 10/11/2003</p> <p>(C) 19/11/2003</p> <p>(D) 21/11/2003</p> <p>(E) 25/11/2003</p>
<p>8. A pobreza e a falta de políticas públicas não devem servir como justificativa para que um adolescente cometa um crime e <u>ainda</u> seja tratado de forma tão benevolente.</p> <p>Na frase acima, a palavra sublinhada tem o mesmo sentido de</p> <p>(A) muito embora.</p> <p>(B) por conseguinte.</p> <p>(C) portanto.</p> <p>(D) tão logo.</p> <p>(E) mesmo assim.</p>	<p>12. Certo dia, do total de audiências realizadas em um Tribunal Regional do Trabalho, sabe-se que $\frac{2}{5}$ transcorreram das 9 às 11 horas e $\frac{1}{3}$ das 11 às 14 horas. Se no restante do dia foram realizadas 12 audiências, qual o total de audiências registradas nesse dia?</p> <p>(A) 30</p> <p>(B) 36</p> <p>(C) 45</p> <p>(D) 48</p> <p>(E) 54</p>
<p>9. Estão corretas todas as formas verbais empregadas na frase:</p> <p>(A) Se ninguém se dispôr a discutir, não haverá propostas capazes de levar à solução do problema.</p> <p>(B) Tanta polêmica proviu do aumento da criminalidade entre os jovens, amplamente apontada pela imprensa.</p> <p>(C) Os que detiverem o poder de legislar deverão estar sempre atentos à questão da crescente criminalidade de jovens.</p> <p>(D) Não é desejável, opinam alguns, que se premêem os infratores com tamanha benevolência.</p> <p>(E) Tudo o que os projetos de redução da maioria penal conterem de polêmico deverá ser discutido em muitas sessões.</p>	

<p>13. Um porteiro registrou certo dia a entrada de 345 pessoas nas dependências do T.R.T. . Se a razão entre o número das que entraram pela manhã e o das que entraram à tarde, nessa ordem, era $\frac{10}{13}$, então a diferença positiva entre as quantidades de pessoas que entraram em cada período é</p> <p>(A) 32 (B) 35 (C) 42 (D) 45 (E) 52</p>	<p>18. Alceu perguntou a Paulo a sua idade e ele respondeu: "A terça parte da minha idade é menor que a metade da sua, acrescida de 6 unidades". Se as idades dos dois somam 66 anos, quantos anos, no máximo, Paulo deve ter?</p> <p>(A) 44 (B) 46 (C) 49 (D) 50 (E) 52</p>
<p>14. Um veículo, à velocidade média de 120 km/h, leva 2 horas para percorrer uma certa distância. Outro veículo, à velocidade média de 100 km/h, percorreria a terça parte daquela distância em</p> <p>(A) 48 minutos. (B) 1 hora. (C) 1 hora e 12 minutos. (D) 1 hora e 18 minutos. (E) 1 hora e 24 minutos.</p>	<p>19. Considerando que o custo de fabricação de uma unidade de certo artigo é de 2 reais, o fabricante acredita que, se vender cada um por x reais, conseguirá vender $400 - x$ unidades mensalmente. Nessas condições, a expressão que lhe permitirá calcular o lucro mensal $L(x)$, em reais, em função do preço de venda x, com $2 < x < 400$, é</p> <p>(A) $L(x) = -x^2 + 402x$ (B) $L(x) = -x^2 - 402x$ (C) $L(x) = -x^2 + 402x + 800$ (D) $L(x) = -x^2 - 402x - 800$ (E) $L(x) = -x^2 + 402x - 800$</p>
<p>15. Em uma oficina, a quantidade de veículos que necessitam de uma avaliação de freios corresponde a $\frac{3}{8}$ do total. A porcentagem do total de veículos dessa oficina que NÃO necessitam de tal avaliação é</p> <p>(A) 60% (B) 62,25% (C) 62,5% (D) 62,75% (E) 65%</p>	<p>20. Certo dia, um técnico judiciário observou que, durante a sua jornada de trabalho, havia falado 55 vezes ao telefone. Se o quadrado do número de ligações que realizou, acrescido de 69 unidades, era igual a 15 vezes o número das que recebeu, quantas ligações ele realizou?</p> <p>(A) 15 (B) 18 (C) 21 (D) 28 (E) 34</p>
<p>16. Um capital de R\$ 15 000,00, à taxa mensal de 1,8%, renderá R\$ 4 320,00 de juros simples, se ficar aplicado por um período de</p> <p>(A) 1 ano e 2 meses. (B) 1 ano e 4 meses. (C) 1 ano e 6 meses. (D) 2 anos e 2 meses. (E) 2 anos e 4 meses.</p>	<p>21. Um relatório em formulário contínuo normalmente é emitido numa impressora de impacto do tipo</p> <p>(A) matricial. (B) <i>laser</i>. (C) térmica. (D) jato de tinta. (E) <i>ploter</i>.</p>
<p>17. Em um estacionamento há 31 veículos, alguns de duas rodas e os demais de quatro rodas. Se o total de rodas é 100, de quantas unidades o número de veículos de quatro rodas excede o de duas?</p> <p>(A) 13 (B) 11 (C) 9 (D) 7 (E) 5</p>	<p>22. Uma pesquisa na Internet, navegando pelas páginas dos <i>sites</i>, é realizada utilizando-se de um programa denominado</p> <p>(A) <i>browser</i>. (B) <i>modem</i>. (C) protocolo. (D) <i>home-page</i>. (E) provedor de acesso.</p>

<p>23. Para visualizar a parte final de uma figura que não cabe inteira na janela do Windows, movimenta-se a barra de rolagem</p> <p>(A) horizontal para baixo.</p> <p>(B) horizontal para a esquerda.</p> <p>(C) vertical para a direita.</p> <p>(D) vertical para baixo.</p> <p>(E) vertical para cima.</p>	<p>27. Dentre outras proibições, o servidor público federal NÃO poderá</p> <p>(A) exercer o comércio da qualidade de cotista.</p> <p>(B) exercer o comércio na qualidade de acionista.</p> <p>(C) praticar o comércio na qualidade de comanditário.</p> <p>(D) atuar, como procurador, em qualquer caso, junto à repartição pública.</p> <p>(E) participar da administração de empresa privada.</p>
<p>24. Textos digitados e figuras podem ser posicionados num documento com auxílio do componente, da tela de edição, denominado</p> <p>(A) menu de controle do documento.</p> <p>(B) régua.</p> <p>(C) barra de ferramentas.</p> <p>(D) barra de menus.</p> <p>(E) área de movimentação.</p>	<p>28. O contrato de trabalho por prazo determinado NÃO poderá ser estipulado por mais de</p> <p>(A) sessenta dias, podendo ser prorrogado, desde que tacitamente, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de dezoito meses, vedada a conversão por prazo indeterminado.</p> <p>(B) seis meses, prorrogável, tácita ou expressamente, uma única vez e por igual período, podendo, após, ser convertido por prazo indeterminado, a critério do empregador.</p> <p>(C) doze meses, mas sendo prorrogado, expressamente, por uma única vez, passará a vigorar por prazo indeterminado.</p> <p>(D) vinte e quatro meses, prorrogável, sempre expressamente, uma única vez e por igual período, vedada sua conversão sem determinação de prazo.</p> <p>(E) dois anos, mas sendo prorrogado mais de uma vez, tácita ou expressamente, passará a vigorar sem determinação de prazo.</p>
<p>25. A intersecção entre uma linha e uma coluna, utilizada para fazer cálculos em planilhas eletrônicas, é uma célula com o nome formado normalmente pela seqüência</p> <p>(A) da letra da coluna mais o número de linha.</p> <p>(B) do número de coluna mais a letra da linha.</p> <p>(C) do número de linha mais a letra da coluna.</p> <p>(D) da letra da linha mais o número da coluna.</p> <p>(E) do número de célula, somente.</p>	<p>29. Em conformidade com a Constituição Federal, a Justiça do Trabalho é composta dos seguintes órgãos:</p> <p>(A) Juízes do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(B) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Distritais do Trabalho e Juntas de Conciliação do Trabalho.</p> <p>(C) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Superior Tribunal do Trabalho.</p> <p>(D) Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Superiores do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) Vara da Justiça do Trabalho, Tribunais Distritais do Trabalho e Superior Tribunal do Trabalho.</p>
<p>26. No que diz respeito à verificação da licitude da acumulação remunerada de cargos públicos, considere:</p> <p>I. A comprovação da compatibilidade de horários constitui requisito à licitude da acumulação.</p> <p>II. A acumulação não é extensiva a empregos em sociedades de economia mista.</p> <p>III. A proibição de acumular estende-se, também, às funções em autarquias e fundações públicas dos Territórios e dos Municípios.</p> <p>IV. Nas hipóteses previstas na Constituição Federal, a acumulação será legítima mesmo que não haja compatibilidade de horários.</p> <p>V. Sendo lícita a acumulação, a compatibilidade de horários ficará a critério das autoridades superiores.</p> <p>Dentre as alternativas acima, conclui-se que APENAS são corretos os itens</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>30. Dentre outros direitos, são assegurados, pela Constituição Federal, à categoria dos trabalhadores domésticos:</p> <p>(A) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.</p> <p>(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.</p> <p>(C) licença-paternidade, nos termos fixados em lei.</p> <p>(D) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.</p> <p>(E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O nível do líquido de arrefecimento dos veículos atuais deve ser completado com uma mistura de água e
- (A) querosene.
 - (B) óleo solúvel.
 - (C) água destilada.
 - (D) etileno glicol.
 - (E) líquido anticarbonizante.

32. A baixa temperatura do motor de um veículo, sempre que trafega em estradas com trânsito livre, é indício de
- (A) nível de líquido de arrefecimento acima do normal.
 - (B) ausência de válvula termostática.
 - (C) desobstruções nos dutos do radiador.
 - (D) velas de ignição muito frias.
 - (E) sistema de arrefecimento sem pressurização.

33. O nível de óleo lubrificante do motor deve ser verificado com o motor
- (A) funcionando em rotação de marcha lenta.
 - (B) funcionando em 1 500 rpm.
 - (C) desligado e frio, antes da primeira partida do dia.
 - (D) quente, logo após ter sido desligado.
 - (E) quente, aproximadamente dez minutos após ter sido desligado.

34. A ordem de ignição mais comum dos motores atuais de combustão interna do ciclo Otto, a gasolina, de 4 cilindros é:
- (A) 1 - 3 - 4 - 2
 - (B) 2 - 3 - 4 - 1
 - (C) 3 - 1 - 4 - 2
 - (D) 3 - 2 - 1 - 4
 - (E) 4 - 3 - 1 - 2

35. Durante as acelerações, a presença de fumaça preta no escapamento de um veículo equipado com motor a gasolina do ciclo Otto significa
- (A) excesso de combustível na alimentação.
 - (B) óleo nas câmaras de compressão.
 - (C) água nas câmaras de compressão.
 - (D) combustível contaminado com água.
 - (E) excesso de temperatura no motor.



36. A finalidade de "sangrar" o sistema de freio é
- (A) ajustar o assentamento das sapatas.
 - (B) evitar o desgaste excessivo das pastilhas.
 - (C) eliminar bolhas de ar do sistema.
 - (D) fazer com que as rodas não travem.
 - (E) eliminar trepidações no pedal de freio.

37. Um veículo equipado com freio servo assistido apresenta o acionamento do pedal de freio excessivamente duro, quando o motor está funcionando. O problema provável é
- (A) cilindro de roda traseira travado.
 - (B) embolo da pinça de freio travado.
 - (C) haste do freio de estacionamento desregulada.
 - (D) servo freio com problemas de vedação.
 - (E) pastilhas de freio gastas.

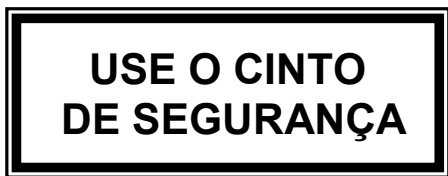
38. Para substituir a bateria de um veículo deve-se
- (A) descarregá-la totalmente antes de retirá-la.
 - (B) soltar primeiro o cabo do pólo negativo e depois o do positivo.
 - (C) soltar os cabos dos pólos negativo e positivo ao mesmo tempo.
 - (D) soltar primeiro o cabo do pólo positivo e depois o do negativo.
 - (E) soltar o conector de todos os módulos existentes no veículo.

39. Em um veículo, a dificuldade de engate em todas as marchas, apenas com o câmbio frio, poderá ter como causa
- (A) alavanca de câmbio torta.
 - (B) alavanca de câmbio solta.
 - (C) óleo lubrificante fora do especificado.
 - (D) embreagem muito alta.
 - (E) embreagem muito baixa.

40. A suspensão dianteira de um veículo está excessivamente baixa. A principal causa é
- (A) montagem de mola invertida.
 - (B) pressão incorreta dos pneus.
 - (C) quantidade insuficiente de óleo no amortecedor.
 - (D) cavitação do amortecedor.
 - (E) perda de tensão nas molas.

<p>41. O órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito é</p> <p>(A) a Ciretran – Circunscrição Regional de Trânsito.</p> <p>(B) o Denatran - Departamento Nacional de Trânsito.</p> <p>(C) o Detran – Departamento Estadual de Trânsito.</p> <p>(D) o Conrandife – Conselho de Trânsito do Distrito Federal.</p> <p>(E) o Contran – Conselho Nacional de Trânsito.</p>	<p>46. No período noturno, o condutor de um veículo parado para fins de embarque e desembarque de passageiros deverá manter</p> <p>(A) acesos os faróis baixos.</p> <p>(B) acesos os faróis altos.</p> <p>(C) acesas as luzes de posição.</p> <p>(D) acesas as luzes de emergência.</p> <p>(E) acesas as luzes internas.</p>
<p>42. Compete ao órgão executivo de trânsito do Município, a responsabilidade pela regulamentação do uso e circulação da via pública, estabelecendo restrições e limitações, as quais são transmitidas aos condutores por meio</p> <p>(A) de decreto municipal.</p> <p>(B) dos dispositivos de sinalização regulamentados.</p> <p>(C) de lei municipal.</p> <p>(D) de portaria do diretor de trânsito.</p> <p>(E) de normas técnicas.</p>	<p>47. É permitido ultrapassar o semáforo em luz vermelha apenas quando</p> <p>(A) houver uma ordem emanada por um agente da autoridade de trânsito.</p> <p>(B) o veículo estiver transportando valores.</p> <p>(C) o veículo estiver transportando autoridades.</p> <p>(D) o veículo estiver circulando no período noturno.</p> <p>(E) o veículo estiver efetuando uma conversão à direita.</p>
<p>43. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, as vias rurais classificam-se em</p> <p>(A) estradas e rodovias.</p> <p>(B) rodovias e auto-estradas.</p> <p>(C) estradas e vias expressas.</p> <p>(D) vias de trânsito rápido e rodovias.</p> <p>(E) vias expressas, estradas e rodovias.</p>	<p>48. A placa R6c, conforme figura, sinaliza que é</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>(A) permitida uma rápida parada, desde que o motor do veículo permaneça ligado.</p> <p>(B) proibido estacionar, mas é permitido o embarque e desembarque de passageiros.</p> <p>(C) proibido estacionar, mas é permitida a carga e descarga de mercadorias.</p> <p>(D) permitida uma rápida parada, desde que o condutor permaneça no veículo.</p> <p>(E) proibido parar e estacionar o veículo.</p>
<p>44. Quando não houver sinalização regulamentadora, a velocidade máxima em uma via de trânsito rápido é de</p> <p>(A) 110 km/h.</p> <p>(B) 100 km/h.</p> <p>(C) 90 km/h.</p> <p>(D) 70km/h.</p> <p>(E) 80km/h.</p>	<p>49. A placa A15, conforme figura, sinaliza que</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p>(A) a parada é opcional.</p> <p>(B) adiante há um local de parada obrigatória.</p> <p>(C) deve-se parar imediatamente o veículo.</p> <p>(D) deve-se dar preferência aos demais veículos, sem a necessidade de parar.</p> <p>(E) deve-se tomar cuidado, parando o veículo apenas se necessário.</p>
<p>45. Respeitadas as condições operacionais do trânsito, a velocidade mínima para um automóvel em uma via NÃO poderá ser inferior</p> <p>(A) a três quartos da velocidade máxima estabelecida.</p> <p>(B) a dois terços da velocidade máxima estabelecida.</p> <p>(C) a um quarto da velocidade máxima estabelecida.</p> <p>(D) à metade da velocidade máxima estabelecida.</p> <p>(E) à velocidade máxima fixada para os ônibus e caminhões.</p>	

50. Observe a placa representada abaixo.



É uma placa

- (A) de orientação.
- (B) de regulamentação.
- (C) de advertência.
- (D) educativa.
- (E) de recomendação.

51. A cor branca na sinalização horizontal **NÃO** é utilizada para

- (A) linhas de retenção.
- (B) delimitação de vagas de estacionamento.
- (C) delimitação de áreas de proibição de estacionamento.
- (D) separação de fluxos de mesmo sentido.
- (E) faixas de travessia de pedestres.

52. A ordem de prevalência da sinalização obedece a seguinte regra:

- (A) a sinalização horizontal prevalece sobre a sinalização vertical.
- (B) as indicações do semáforo prevalecem sobre os demais sinais.
- (C) as normas de circulação prevalecem sobre as ordens do agente de trânsito.
- (D) a sinalização de orientação prevalece sobre a sinalização de indicação.
- (E) as normas gerais de conduta e de circulação prevalecem sobre os dispositivos de sinalização.

53. O licenciamento anual de um veículo deve ser efetuado por seu proprietário perante

- (A) a Secretaria da Fazenda do Estado.
- (B) a Prefeitura Municipal.
- (C) o órgão municipal de trânsito.
- (D) o Comando de Policiamento de Trânsito.
- (E) o órgão executivo de trânsito do Estado.

54. Uma pessoa, cuja CNH conste habilitação na categoria "D", **NÃO** pode conduzir

- (A) veículos motorizados de duas ou três rodas.
- (B) veículos motorizados, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.
- (C) veículos motorizados utilizados em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas.
- (D) veículos motorizados utilizados no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista.
- (E) na via pública, tratores de roda ou de esteira destinados à movimentação de cargas ou execução de trabalho agrícola, de terraplenagem, de construção ou de pavimentação.

55. É uma penalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro:

- (A) retenção do veículo.
- (B) suspensão do direito de dirigir.
- (C) remoção do veículo.
- (D) recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
- (E) recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual.

56. A penalidade de suspensão do direito de dirigir pode ser aplicada ao condutor que

- (A) atingir, no mínimo, 22 pontos.
- (B) estiver circulando numa via coletora em velocidade acima de 20% da estabelecida.
- (C) atingir, no mínimo, 15 pontos.
- (D) estiver circulando numa via arterial em velocidade acima de 20% da estabelecida.
- (E) atingir, no mínimo, 25 pontos.

57. O prazo para expedição, pelo órgão de trânsito, da notificação da autuação por infração de trânsito é de

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 40 dias.
- (E) 60 dias.

58. A penalidade aplicada a uma infração leve ou média pode ser substituída, desde que não seja em reincidência na mesma infração nos últimos doze meses,

- (A) pela frequência a um curso de reciclagem, sobre legislação de trânsito.
- (B) pela doação de uma cesta básica à comunidade carente.
- (C) por uma multa com abatimento de dois terços do valor.
- (D) por uma multa com abatimento da metade do valor.
- (E) por uma advertência por escrito.

59. Um proprietário de veículo, que teve o seu recurso relativo a uma infração de trânsito indeferido pela Jari municipal, pode interpor novo recurso para apreciação por meio do

- (A) Cetran - Conselho Estadual de Trânsito.
- (B) Contran - Conselho Nacional de Trânsito.
- (C) Detran - Departamento Estadual de Trânsito.
- (D) Denatran - Departamento Nacional de Trânsito.
- (E) Prefeito Municipal.

60. É um crime de trânsito

- (A) dirigir veículo automotor, em via pública, quando o direito de dirigir estiver cassado, gerando perigo de dano.
- (B) dirigir em velocidade acima de 20% do limite regulamentado.
- (C) circular pela contramão de direção.
- (D) transportar em veículo destinado ao transporte de passageiros, com carga excedente.
- (E) conduzir motocicleta, transportando passageiro sem o capacete de segurança.